

[ANÁLISE – Candidatos a prefeito prometem estudantes o dia todo na sala de aula, mas ignoram custos elevados e as exigências pedagógicas do projeto

Escola de tempo integral exige mais que discurso

Marcos Vieira

A escola de tempo integral é promessa fácil nos discursos dos candidatos a prefeito. A banalização deste tipo de projeto educacional, que surgiu na década de 80 no Brasil e até hoje não está acabado, começa com os cálculos para mantê-lo. Para o prefeitável basta apenas injetar mais dinheiro na área. Para os educadores o processo não é tão simples assim.

“Minha interpretação é que a escola de tempo integral não seja usada como um projeto eleitoral, porque corremos o risco de transformar uma unidade de ensino em depósito de aluno”, alerta a secretária municipal de Educação de Anápolis, Márcia Lacerda. No comando da pasta desde março deste ano, ela frisa que a cidade conta hoje com três propostas na área, ou seja, somente três unidades em um universo de 78. “São escolas que complementam o atendimento acadêmico com atividades”, explica.

A idéia de escola de tempo integral foi implantada no Rio de Janeiro por Darcy Ribeiro, no governo de Leonel Brizola. Os chamados Centros Integrados de Educação Pública (Cieps) tinham como objetivo proporcionar educação, esportes, assistência médica, alimentos e atividades culturais às comunidades carentes. O projeto recebeu muitas críticas, entre elas algumas referentes ao custo dos prédios, à qualidade de sua arquitetura, sua localização e até sobre o sentido de um período letivo de oito horas.

Quando um candidato promete implantar uma escola de tempo integral, significa que a rede municipal de ensino vai se transformar em um verdadeiro canteiro de obras. Os prédios atuais não oferecem atrativos suficientes para que uma criança permaneça



ESCOLA MUNICIPAL Ayrton Senna da Silva, no Conjunto Filostro Machado: estrutura do prédio do antigo Caic ajuda na implantação de escola de tempo integral

oito horas lá dentro. É preciso construir refeitórios mais amplos, vestiários, espaços de recreação, salas para aulas de música e dança e quadras de esporte. O custo de tudo isso em um orçamento sempre apertado cabe aos prefeitáveis explicar.

Vencida a etapa do espaço físico, o gestor terá que lidar com um problema da mesma dimensão. Manter todos os estudantes em tempo integral elimina, obviamente, os dois turnos – isso significa que o custo de um estudante hoje dobraria. Dessa forma, uma escola que atende 300 estudantes no período da manhã, teria que ter o mesmo

dinheiro para mantê-los no período da tarde. Os valores aumentam ainda mais quando se leva em consideração o turno da tarde. “A conta é essa mesmo: tudo dobra”, informa Márcia Lacerda.

Para atender os 33 mil estudantes que freqüentam a rede pública, a prefeitura conta com 1.503 professores e 1.257 funcionários do apoio técnico. Esse exército de servidores teria que ser ampliado. O prefeito teria que abrir um concurso sob o risco de ver seu projeto naufragar, já que seriam necessários docentes para as atividades extracurriculares, como dança, teatro, música e judô, entre outras. “Nos nos-

os projetos trabalhamos hoje com comissionados”, justifica a secretária de Educação.

PEDAGÓGICO

A injeção considerável de recursos não é o principal ponto destacado por Márcia Lacerda. Segundo ela, há todo um projeto pedagógico que precisa ser analisado pelo candidato a prefeito quando se fala em escola de tempo integral. “Primeiro é preciso ser levado em conta a necessidade da comunidade. Nem todos os pais gostariam de ter seu filho o tempo todo na escola, principalmente aqueles que possuem disponibilidade para ficar com as crianças”.

Há também que se considerar a vontade da criança. Um determinado aluno pode não gostar de determinada atividade oferecida pela escola. “O que fazer com esse estudante, deixá-lo lá, sem fazer nada?”, questiona Márcia Lacerda. É preciso também observar a resposta do corpo docente, hoje acostumado com o regime adotado nas escolas.

A secretária de Educação não descarta a proposta da escola de tempo integral, mas frisa bem que os candidatos precisam apresentá-la com cautela. Segundo ela, nem todas as regiões de Anápolis precisariam de uma unidade do tipo. Ela dá uma dica para

o futuro prefeito: “Vale a pena ele observar o Filostro Machado. A região fica próxima de um lixão e em breve terá um conjunto habitacional grande”.

Márcia Lacerda diz que observa a proposta dos prefeitáveis sob a ótica social. “Eles se apegam a isso visando principalmente resolver os problemas em regiões de baixa renda”. De acordo com ela, a escola hoje cumpre um papel importante na sociedade, mas não resolve o problema sozinha. “Prefiro pensar em uma educação integral”, revela.

EXEMPLOS

Entre as três unidades de ensino de Anápolis que hoje trabalham com uma proposta de educação em tempo integral, uma delas está abrigada em um prédio construído pelo governo federal exatamente com essa proposta. A Escola Municipal Ayrton Senna da Silva funciona no antigo Caic, no Filostro Machado.

O antigo Centro de Educação Integral à Criança é um herdeiro do Ciac (Centro Integrado de Atendimento à Criança), criado no governo Fernando Collor como uma nova proposta para o antigo Ciep brizolista. A secretária Márcia Lacerda diz que o prédio ajudou o projeto e lembra que o local é um exemplo do custo dobrado do projeto. Lá estudam 198 alunos, mas a prefeitura conta como 396, já que refeições e demais gastos são dobrados.

As escolas Josephina Simões (Industrial Munir Calixto) e Walter Beze (São Lourenço) também oferecem atividades complementares aos estudantes. Questionada se há uma necessidade mais urgente na rede pública do que a escola de tempo integral, Márcia Lacerda diz que existem que regiões que precisam de escola. “Das normais mesmo”, completa.

Proposta de transição planejada

Neutra no processo eleitoral, a secretária Márcia Lacerda não revela nem mesmo o nome da equipe técnica de um candidato a prefeito que a procurou em busca de informações sobre a pasta de Educação. Independentemente do vitorioso nas urnas, ela conclama a todos a assumirem o compromisso de uma transição planejada na área.

Em janeiro de 2009 o prefeito muda, mas o sistema educacional continua o mesmo, com o começo de mais um ano letivo. “Para isso é preciso que o gestor tenha consciência de uma participação de sua equipe assim que for anunciado o resultado das urnas, já que o planejamento de 2009 será elaborado por nós que estamos aqui”, destaca

Márcia Lacerda.

A secretária faz um apelo: “A história não pode ser anulada”. Segundo ela a administração Pedro Sahium (sem partido) entrega uma Educação planejada para o próximo prefeito. “Ele terá dados seguros sobre o que pode ser feito”, frisa. A prefeitura pretende deixar um documento, denominado Memorial da Educação, com informações técnicas sobre a pasta.

O memorial a que se refere a secretária Márcia Lacerda trata-se de uma iniciativa do Ministério da Educação. Com o tema “Transição Republicana: as eleições municipais e a garantia do Compromisso Todos pela Educação”, o governo federal orientou os secretários municipais a



SECRETÁRIA Márcia Lacerda diz que prepara memorial da educação

elaborarem um documento relatando as ações na área de educação durante a sua gestão.

O objetivo é garantir que a troca de gestores, que acontecerá em 1º de janeiro de 2009,

não signifique uma troca de compromisso. A transição republicana garantiria que não haja descontinuidade nas políticas públicas implementadas de uma gestão para outra.

Ideb é sigla da moda

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) virou moda entre alguns candidatos a prefeito. A cada três discursos sobre o setor educacional, a sigla é citada pelo menos duas vezes. Mas afinal, o que é Ideb e qual o posicionamento de Anápolis em relação ao índice?

O Ideb é um recurso utilizado pelo Ministério da Educação para analisar metas individuais para cada município e até mesmo para cada escola. Na elaboração do indicador são levados em conta dois fatores: rendimento escolar e médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) ou

na Prova Brasil.

Em julho deste ano, o Ministério da Educação divulgou o Ideb de todas as escolas do Brasil. Em Anápolis, os estudantes dos anos iniciais (1º ao 5º ano) alcançaram nota 4,2. Já os alunos dos anos finais (6º ao 9º ano) conseguiram nota 3,9.

Apesar das notas abaixo da média, consideradas sofríveis por especialistas, Anápolis conseguiu pelo menos manter, para os anos iniciais, o mesmo Ideb de 2005. De acordo com a meta feita pelo governo federal, o índice em 2007 deveria ter chegado a 4,2. Para os anos finais houve melhora: de 3,6 para 3,9.

NÃO É LEI

O regime de tempo integral para o ensino fundamental nunca foi obrigatório pela legislação, quer federal ou estadual.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei no 4.02 de dezembro de 1994, esta-

beleceu o ensino obrigatório como o ensino primário, de quatro séries, sem fazer menção ao período integral, não estabelecendo carga horária mínima para cada série.

A Reforma Jarbas Passarinho — Lei no 5.692. de 11

de agosto de 1971 elevou a duração do ensino fundamental e obrigatório, denominado de ensino de 10 grau, quatro para oito séries, limitado à idade de 14 anos. Esta mesma lei estabeleceu a duração mínima de dias letivos — 150 — e a duração

mínima da carga horária — 180 horas.

Embora não fizesse referência direta ao regime de tempo integral, deixou “porta aberta” ao sistema de ensino que pretendesse adotá-lo. Assim, surgiram experiências inovações nes-

te campo, como os CIEPs implantados no Rio de Janeiro e posteriormente CAICs, como programa nacional. Alguns municípios no Brasil também responderam orientação e implantaram o regime de tempo integral no ensino fundamental, inclu-

sive no Estado do Paraná.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — Lei no 9.394 20 de dezembro de 1996 ampliou o número mínimo de dias letivos para 200 e da carga horária mínima anual para 200 horas.